

## JUSTIÇA

### Gabinete da Ministra

#### Declaração de retificação n.º 339/2016

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 3641/2016 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 11 de março de 2016, retifica-se que, na nota curricular, onde se lê:

«Ingresso na magistratura:

Ingresso no Centro de Estudos Judiciários em setembro de 2004 (XXXIII Curso Normal);»

deve ler-se:

«Ingresso na magistratura:

Ingresso no Centro de Estudos Judiciários em setembro de 2004 (XXIII Curso Normal);»

21 de março de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

209458414

#### Despacho n.º 4381/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao meu gabinete, Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira e Nuno Manuel Siquenique Falé, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico-administrativo em gabinetes ministeriais e, no caso do segundo elemento designado, também, como elemento de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, as notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

21 de março de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

#### Nota curricular

##### Dados Pessoais

Nome: Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira  
Nascida em 20/07/1972, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho e distrito de Lisboa

##### Habilitações Académicas

Curso de Técnico de Gestão de Ambiente, nível III

##### Experiência Profissional

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Ministro da Justiça.

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça.

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça.

De 20 de maio de 1996 a 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente.

De setembro de 1992 a março de 1995, desempenhou funções administrativas na área da contabilidade e na gestão de stocks na empresa Gaspar Correia, S. A.

De junho a agosto de 1992, desempenhou funções administrativas no Programa “Cidadão e Justiça”.

##### Formação Complementar

Curso “Organização do Trabalho de Apoio Administrativo” — INA. Diversos módulos de Informática na ótica do utilizador: Word, Excel, Access, Gestão Documental SmartDocs.

Curso de Oficiais Administrativos: Introdução à Administração Pública.

Curso Intensivo para Liquidadores Tributários.

#### Nota curricular

##### Dados Pessoais

Nome: Nuno Manuel Siquenique Falé

Data de Nascimento: 27 de setembro de 1979

##### Habilitações Académicas e Profissionais

Curso de Formação Profissional de Desenvolvimento de Conteúdos WEB, PedraBase — Consultoria e Formação, Lisboa, 2015.

Bacharel em Tecnologia e Programação de Sistemas de Informação, FORINO — Associação para a Escola de Novas Tecnologias, Lisboa, 2008-2010.

Estágio de programação, ITIJ — Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, Lisboa, de abril a outubro 2010.

Curso Contabilidade Geral e Fiscalidade, IPF — Instituto Português de Formação, Miraflores, 2005-2006.

Curso de Fiscalidade, IPF — Instituto Português de Formação, Miraflores, 2006.

Estágio de técnico de gestão, Câmara Municipal de Elvas, 1999.

Estágio de técnico de gestão, EEC — Estudos Económicos e Contabilidade, Redondo, 1998.

Curso de Técnico de Gestão/Pequenas e Médias Empresas e Cooperativas, EPRAL — Escola Profissional da Região Alentejo, Vila Viçosa, ciclo formação 1996-1999, tendo completado o curso no ano letivo 2002-2003.

Curso de Informática, Centro Europeu de Datilografia e Informática, Redondo, 1997.

##### Experiência Profissional

Entre 30 de outubro e 25 de novembro de 2015, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no gabinete do Ministro da Justiça, nomeadamente como ELO de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER).

Entre 1 de janeiro de 2012 e 29 de outubro de 2015, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo em gabinetes ministeriais na área da Justiça, nomeadamente como ELO de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER).

Entre 1 de abril de 2005 e 31 de dezembro de 2011, contratado ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente.

Entre setembro 1999 e janeiro de 2000 — Contabilista no Ecomarché do Redondo.

209458877

#### Despacho n.º 4382/2016

Ao abrigo e nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a pedido do interessado, por meu despacho de 01 de março de 2016, determinei a cessação da comissão de serviço, com efeitos à mesma data, do Professor Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, Professor Catedrático, como Diretor do Centro de Estudos Judiciários, cargo para o qual foi designado por Despacho n.º 13082/2011, de 21 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 30 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1653/2011, de 21 de outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 3 de novembro, e cuja comissão de serviço foi renovada por Despacho